

## **2 ANÁLISE GERAL DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

### **2.1 ENQUADRAMENTO REGIONAL E MUNICIPAL**

#### **2.1.1 Enquadramento Geopolítico**

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim está localizada no município de Aracruz (19° 35' S e 40° 10' W), distante cerca 60 km do município de Vitória. A Reserva foi criada pela Lei Municipal nº. 994, de 14 de julho de 1986, com uma área de aproximadamente 35 km<sup>2</sup>.

Aproximadamente 16 Km do rio Piraquê-açu e 12 Km do rio Piraquê-mirim estão inclusos na unidade de conservação. A área de mangue é 9,98 Km<sup>2</sup> no rio Piraquê-açu e 7,48 Km<sup>2</sup> no rio Piraquê-mirim.

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim foi criada antes da vigência da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e por isso seu enquadramento não está de acordo com as categorias de unidade de conservação estabelecidas na referida lei. Desta forma, faz-se necessário a sua reavaliação conforme descrito no artigo 55.

De acordo com o artigo 40 do Decreto nº. 4.330, que regulamenta a Lei do SNUC, esta reavaliação deverá ser feita mediante ato normativo do mesmo nível hierárquico que a criou.

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim, segundo sua lei de criação, tem por finalidade proibir:

- A pesca predatória;
- A caça ou a captura da avifauna e mamíferos;
- A devastação da vegetação;
- A degradação do meio ambiente físico;
- Atividades a qualquer título pretendidas, que impliquem em modificações do ecossistema de manguezal.

A Figura 2.1.1 apresenta o enquadramento geopolítico da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim em relação ao país, região sudeste, estado e município.

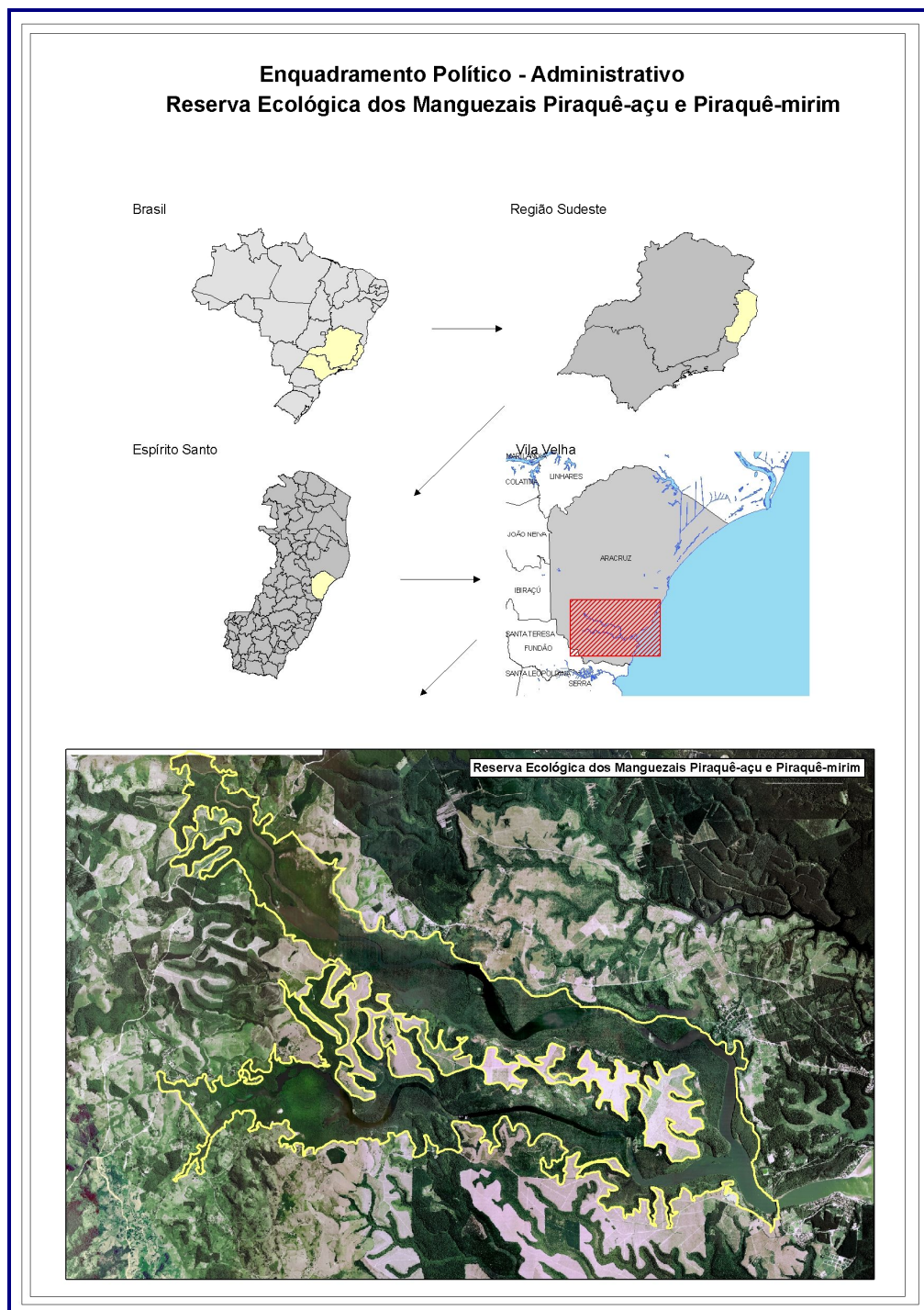


Figura 2.1.1 – Enquadramento geopolítico da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim, Aracruz – ES.

## 2.1.2 Enfoque Regional

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE (2007), a região Sudeste possui uma área de 924.511,292 km<sup>2</sup>, que equivale a 10,86% da área total do país. Sua população está estimada em 78.472.017 habitantes, que corresponde a 42,61% da população nacional. A Tabela 2.1.2 ilustra as informações referentes aos estados da região Sudeste.

**Tabela 2.1.2 – Relação dos Estados, área, população, número de municípios e densidade demográfica dos Estados da região sudeste**

Estado	Área (Km <sup>2</sup> )	População	Número de Municípios	Densidade Demográfica
Espírito Santo	46.077,03	3.351.669	78	74,01
Minas Gerais	586.528,293	19.273.506	853	32,79
Rio de Janeiro	43.696,054	15.420.375	92	352,05
São Paulo	248.209,426	39.827.570	645	162,93
Total	924.511,292	77.883.120	1668	-

Fonte: IBGE (2007)

Conforme pode ser observado na Tabela 2.1.2, São Paulo é o estado mais populoso da Região Sudeste, com 40.442.795 habitantes (51,54% do total). O Espírito Santo apresenta uma população de 3.408.365 habitantes, que corresponde a 4,34% do total da região Sudeste e 1,85% da população nacional. O estado de Minas Gerais apresenta o maior número de municípios e o Espírito Santo, o menor número de municípios.

A região Sudeste está inserida no Bioma denominado Domínio dos Mares de Morros Florestados do Brasil tropical (Figura 2.1.2).



Figura 2.1.2 – Classificação dos domínios de paisagem

Fonte: AB'SABER (1977).

Este bioma é recoberto pela Mata Atlântica, uma floresta latifoliada tropical que, originalmente, recobria a fachada litorânea do país e interiorizava-se na região Sudeste. Hoje, essa floresta está reduzida a 8% de sua área inicial (Atlas dos Ecossistemas do Espírito Santo, 2008). A devastação na região dos Mares de Morros é resultado da expansão da agricultura comercial, principalmente a cafeicultura, o desmatamento seletivo de madeiras nobres, o turismo predatório nas regiões litorâneas e, mais recentemente, da constituição das manchas urbano-industriais no Sudeste brasileiro.

É nítida a redução da biodiversidade e com elas a possibilidade de obtenção de melhor conhecimento pela ciência, juntamente com as oportunidades de fornecerem



benefícios para a humanidade e de contribuição para a manutenção da vida no planeta.

Dessa forma, as Unidades de Conservação (UC's) representam uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Nestas áreas naturais é possível preservar os recursos naturais, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade.

### **2.1.3 Enquadramento Estadual**

Dentro do enquadramento da estrutura administrativa consagrada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estado do Espírito Santo é uma das 27 Unidades Federativas brasileiras agrupadas conforme a divisão regional estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996b), em cinco Macrorregiões Geográficas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, esta última integrada pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Segundo Oliveira (1951) o Espírito Santo originou-se da criação de uma capitania doada a Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo português que aportou na região a 23 de maio de 1535. Em 1810 adquiriu plena autonomia, passando a ser administrada por um Governador.

Sua área total é de 46.077,519 km<sup>2</sup> (IBGE, 2005) e encontra-se localizado na porção oriental do Território Brasileiro e faz as seguintes divisas: ao Norte com o estado da Bahia, a Leste com o oceano Atlântico, ao Sul com o estado do Rio de Janeiro e a Oeste com o estado da Minas Gerais (Figura 2.1.3).



Figura 2.1.3 – Estado do Espírito Santo integrante da região sudeste

O estado é caracterizado por uma porção territorial fisicamente montanhosa, marcada por planaltos e serras do Atlântico e planícies litorâneas a leste. Os pontos extremos do Espírito Santo e suas respectivas localizações geográficas são apresentados na Tabela 2.1.3.

**Tabela 2.1.3 – Pontos extremos do Estado do Espírito Santo**

<b>Extremo</b>	<b>Município</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Latitude Sul</b>	<b>Longitude</b>
Norte	Mucurici	538	18°05'35"	40°31'04"
Sul	Presidente Kenedy	586	21°06'01"	41°02'37"
Leste	Linhares	3.502	19°24'00"	40°04'07"
Oeste	Dores do Rio Preto	153	20°41'22"	41°50'43"

Fonte: IBGE (2008)

### 2.1.3.1 Divisão Político-Administrativa do Estado do Espírito Santo

O Espírito Santo possui 78 municípios distribuídos em 12 microrregiões geográficas reunidas em quatro macrorregiões (Metropolitana, Norte, Noroeste e Sul), conforme pode ser observado na Tabela 2.1.3.1.a e Figura 2.1.3.1.

**Tabela 2.1.3.1.a – Divisão político-administrativa do Espírito Santo**

Macrorregião	Microrregião	Municípios
Metropolitana (I)	Metropolitana	Cariacica, Vila Velha, Vitória, Serra e Viana.
	Metrópole Expandida Norte	Fundão, Ibirapu, João Neiva, Aracruz, Linhares, Rio Bananal, e Sooretama.
	Metrópole Expandida Sul	Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma.
	Central Serrana	Santa Teresa, Itarana, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.
	Sudoeste Serrana	Afonso Cláudio, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Brejetuba e Laranja da Terra.
Norte (II)	Litoral Norte	Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus.
	Extremo Norte	Mucurici, Montanha, Pinheiros e Ponto Belo.
Noroeste (III)	Pólo Colatina	Colatina, Marilândia, Baixo Guandú, Pancas e Alto Rio Novo.
	Noroeste I	Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga e Mantenópolis.
	Noroeste II	Nova Venécia, Boa Esperança, São Gabriel da Palha, Águia Branca, São Domingos do Norte, Vila Valério e Vila Pavão.
Sul (IV)	Pólo Cachoeiro	Cachoeiro do Itapemirim, Vargem Alta, Castelo, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Viváqua, Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Presidente Kenedy e Rio Novo do Sul.
	Caparaó	Alegre, Guaçu, Dorcas do Rio Preto, Itirana, Divino São Lourenço, Lúna, Irupí, Itatiba e Muniz Freire.

Fonte: IJSN (2007).

Observa-se na Tabela 2.1.3.1.a que a Região Metropolitana abriga 32 municípios, ou 41,03% do total. Por outro lado, a Região Norte (Litoral Norte e Extremo Norte) abriga o menor número de municípios, apenas oito (10,26%).



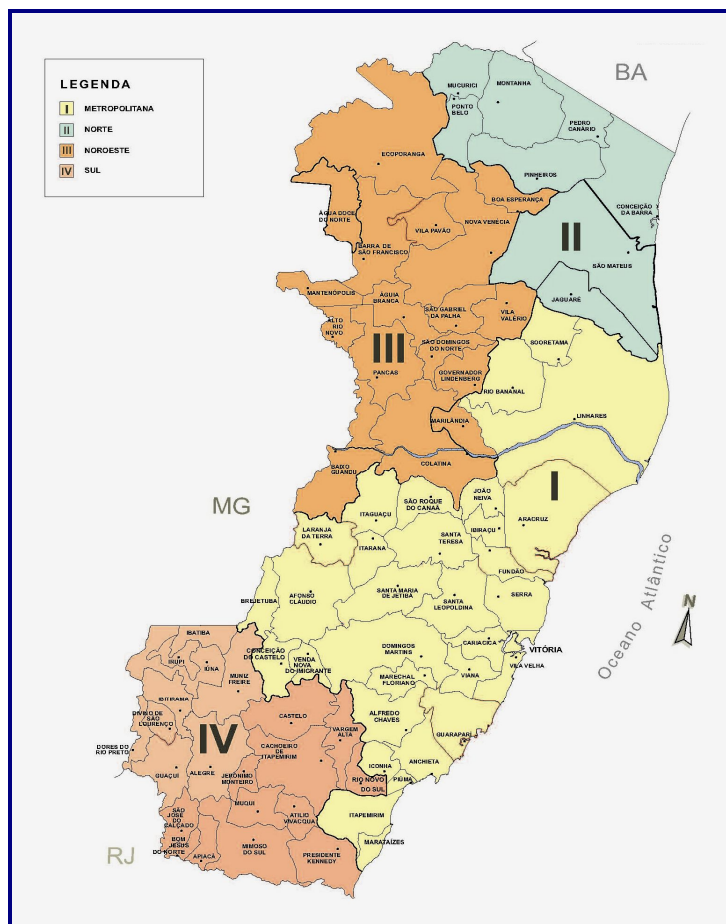


Figura 2.1.3.1 – Macrorregiões do Estado do Espírito Santo  
Fonte: IJSN (2007).

O território capixaba compreende duas regiões naturais distintas: o litoral e o planalto. Ao longo da costa Atlântica encontra-se uma faixa de planície que representa 40% da área total do estado, e à medida que se penetra em direção ao interior, o planalto dá origem a uma região serrana, com altitudes superiores a 1.000 m, onde se eleva a Serra do Caparaó ou da Chibata. Nesta região está localizado o Pico da Bandeira, com 2.890 metros de altura, o terceiro ponto mais alto do País e primeiro do estado.

O litoral espírito-santense é extenso, e apresenta acidentes geográficos (ilhas, baías, dunas e praias). As principais baías do estado são a Baía de Vitória e a Baía do Espírito Santo, onde estão localizados os portos de Vitória, de Capuaba e de Tubarão. Fazem parte do litoral capixaba as ilhas de Trindade, Martin Vaz, localizadas a 1.100 km da costa, ambas as reservas ecológicas municipais e a Ilha de Vitória. A zona costeira abrange 17 municípios distribuídos em 411 km de costa.

Em termos populacionais o Espírito Santo, em 1996 ocupava a 14ª posição na lista dos estados mais populosos, ficando atrás de estados como: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Estes seis estados concentravam, em conjunto, 60,17% do total da população brasileira. Segundo dados do IBGE a população espírito-santense vem crescendo lentamente nos últimos anos, em termos absolutos. No entanto, no ano de 2007, o estado ainda ocupa o 14º lugar em termo populacional, ficando atrás apenas de estados mais populosos como: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Santa Catarina, Goiás, Pará e Paraíba. Estes quatorze estados concentravam, em conjunto, 86,55% do total da população brasileira. Atualmente verifica-se que a maioria absoluta da população espírito-santense se concentra nas zonas urbanas do Estado, perfazendo 79,52% do total (Tabela 2.1.3.1.b).

**Tabela 2.1.3.1.b – População residente, segundo situação de domicílio**

Situação do Domicílio	2000	%
Rural	634.183	20,48
Urbana	2.463.049	79,52
Total	3.097.232	100,00

Fonte: IBGE (2001)

### 2.1.3.2 Unidades de Conservação (UC's) do Estado

Segundo dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), o Espírito Santo possui 96 unidades de conservação pertencentes à União, Estado e Municípios. Elas estão instituídas na categoria de Proteção Integral e na categoria de Uso Sustentável, além de 13 áreas particulares protegidas (RPPN). As informações sobre as UC's no estado fazem parte de um banco de dados preliminar gerenciado pelo IEMA. Este banco de dados encontra-se em fase de revisão pelo IEMA, onde estão sendo verificadas informações, tais como: instrumento legal de criação das UC's, limites georreferenciados, informações técnicas e adequação ao SNUC.

As Tabelas 2.1.3.2.a até 2.1.3.2.d apresentam a relação das UC's localizadas no Espírito Santo.

Observa-se na Tabela 2.1.3.2.a, as Unidades de Conservação Federais, 14 (quatorze) ao todo, sendo 10 (dez) pertencentes ao Grupo das Unidades de Proteção Integral e 04 (quatro) pertencentes ao Grupo das Unidades de Uso Sustentável. Estas unidades estão distribuídas em 10 (dez) municípios. Os municípios de Aracruz, Linhares e Santa Teresa possuem o maior número de Unidades de Conservação Federais, três cada um.

A Tabela 2.1.3.2.b, apresenta as Unidades de Conservação Estaduais existentes no Estado, 16 (dezesseis) ao todo, sendo 08 (oito) pertencentes ao Grupo das Unidades de Proteção Integral e 08 (oito) pertencentes ao Grupo das Unidades de Uso Sustentável. Estas unidades estão distribuídas em 15 (quinze) municípios. O município de Guarapari possui o maior número de UC's estaduais, três ao todo.

**Tabela 2.1.3.2.a – Unidades de Conservação Federais**

Nome da UC	Estado(s)	Município(s)	Órgão Gestor	Bioma	Plano de Manejo	Área (ha)
Floresta Nacional de Pacotuba	ES	Cachoeiro de Itapemirim	ICMBIO	Mata Atlântica	Em elaboração	450,59
Área de Proteção Ambiental Costa das Algas	ES	Aracruz, Fundão e Serra	ICMBIO	Marinho Costeiro	Não	114,93
Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz	ES	Aracruz	ICMBIO	Marinho Costeiro	Não	17,74
Floresta Nacional do Rio Preto	ES	Conceição da Barra	ICMBIO	Mata Atlântica	Não	2.830,63
Reserva Biológica de Córrego Grande	ES	Conceição da Barra	ICMBIO	Mata Atlântica	Sim	1.504,80
Reserva Biológica de Comboios	ES	Linhares/Aracruz	ICMBIO	Marinho Costeiro	Sim	833,23
Reserva Biológica de Córrego do Veado	ES	Pinheiros	ICMBIO	Mata Atlântica	Sim	2.392,00
Estação Biológica de Santa Lúcia	ES	Santa Teresa	MBML	Mata Atlântica	Não	440,00
Estação Biológica da Caixa D'água	ES	Santa Teresa	MBML	Mata Atlântica	Não	22,00
Reserva Biológica Augusto Ruschi	ES	Santa Teresa	ICMBIO	Mata Atlântica	Sim	3.598,41
Monumento Natural dos Pontões Capixabas	ES	Pancas	ICMBIO	Mata Atlântica	Sim	17.496,00
Parque Nacional do Caparaó	MG/ES	Alto Caparaó/Dores do Rio Preto	ICMBIO	Mata Atlântica	Sim	31.853,12

Reserva Biológica de Sooretama	ES	Linhares	ICMBIO	Mata Atlântica	Não	24.250,00
Floresta Nacional de Goytacazes	ES	Linhares	ICMBIO	Mata Atlântica	Não	1.350,00

Fonte: IEMA (2008); IBAMA (2008).

**Tabela 2.1.3.2.b – Unidades de Conservação Estaduais**

Nome da UC	Município(s)	Órgão Gestor	Bioma	Plano de Manejo	Área (ha)
Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça	Alegre	IEMA	Mata Atlântica	Sim	22,20
Parque Estadual de Mata das Flores	Castelo	IEMA	Mata Atlântica	Não	800,00
Parque Estadual do Forno Grande	Castelo	IEMA	Mata Atlântica	Sim	730,00
Parque Estadual de Itaúnas	Conceição da Barra	IEMA	Mata Atlântica	Sim	3.491,00
APA Conceição da Barra	Conceição da Barra	IEMA	Restinga	Não	7.728,00
Parque Estadual da Pedra Azul	Domingos Martins	IEMA	Mata Atlântica	Sim	1.240,00
Parque Estadual Paulo César Vinha	Guarapari	IEMA	Restinga	Não	1.500,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra	Guarapari	IEMA	Manguezal	Não	1.036,59
Monumento Natural O Frade e a Freira	Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim e Vargem Alta	IEMA	Mata Atlântica	Não	861,40
Reserva Biológica de Duas Bocas	Cariacica	IEMA	Mata Atlântica	Sim	2.910,00
APA de Setiba	Guarapari	IEMA	Restinga	Sim	12.960,00
ARIE Morro da Vargem	Ibiraçu	IEMA	Mata Atlântica	Não	573,00
APA da Praia Mole	Serra	IEMA	Mata Atlântica	Sim	400,00
APA da Pedra do Elefante	Nova Venécia	IEMA	Mata Atlântica	Não	2.562,31
APA Goiapaba-Açú	Fundão/Santa Teresa	IEMA	Mata Atlântica	Não	3.740,00
APA Guanandy	Itapemirim/Piúma	IEMA	Mata Atlântica	Não	5.242,00

Fonte: IEMA (2008); IBAMA (2008).



**Tabela 2.1.3.2.c – Unidades de Conservação Municipais (continua)**

Nome da UC	Município(s)	Órgão Gestor	Bioma	Plano de Manejo	Área (ha)
Área de Relevante Interesse Ecológico Laerth Paiva Gama	Alegre	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	27,57
Área de Proteção Ambiental da Guanabara	Anchieta	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Em elaboração	27,24
Estação Ecológica do Papagaio	Anchieta	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Em elaboração	-
Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim	Aracruz	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Manguezal	Sim	1.651,00
Parque Natural Municipal David Victor Farina	Aracruz	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Restinga	Não	44,12
Parque Natural Municipal do Aricanga	Aracruz	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Sim	578,22
Monumento Natural do Itabira	Cachoeiro de Itapemirim	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	157,97
Parque Natural Municipal do Monte Mochuara	Cariacica	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	436,18
Área de Proteção Ambiental do Monte do Mochuara	Cariacica	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	2.618,24
Parque Natural Municipal do Manguezal de Itanguá	Cariacica	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	37,4
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal do Manguezal de Cariacica	Cariacica	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	74,21

**Tabela 2.1.3.2.c – Unidades de Conservação Municipais (continua)**

Nome da UC	Município	Órgão Gestor	Bioma	Plano de Manejo	Área (ha)
Parque Natural Municipal de Goiapaba-Açu	Fundão	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	46,00
Parque Natural Municipal de Guaçuí – “Padre Ênio Fazollo”	Guaçuí	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	86,9
Parque Municipal de Pesca Esportiva e Lazer “Danilo Lopes Rodrigues”	Guaçuí	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	4,8
Parque Natural Municipal Morro da Pescaria	Guarapari	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	733,00
Parque Natural Municipal dos Puris	Piúma	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	36,63
Parque Natural Municipal do São Lourenço	Santa Teresa	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Sim	370,00
APA do Morro do Vilante	Serra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	-
Parque Natural Municipal de Bicanga	Serra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	88,69
APA da Lagoa Jacuném	Serra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica/Manguezal	Não	-
Parque Natural Municipal de Tabuazeiro	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	5,00
Parque Natural Municipal Vale do Mulembá-Conquista	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	114,65
Parque Natural Municipal Chácara Von Schilgen	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	7,13
Parque Natural Municipal da Pedra dos Olhos	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	27,97
Parque Natural Municipal Gruta da Onça	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	6,89

Reserva Ecológica Municipal das Ilhas Oceânicas de Trindade e Arquipélago de Martim Vaz	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Marinho	Não	1.178,00
Parque Natural Municipal Rota das Garças	Viana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	-	20,19
Parque Natural Municipal Morro da Mantegueira	Vila Velha	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica/Manguezal	Em elaboração	164,30
Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande	Vila Velha	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	2.725,00
Parque Natural Municipal de Jacarenema	Vila Velha	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Restinga	Em elaboração	346,27
Parque Natural Municipal Dom Luiz Gonzaga Fernandes	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Manguezal	Não	63,89
Reserva Ecológica Municipal Morro da Gamela	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	29,53
Área de Proteção Ambiental Ilha do Frade	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Marinho costeiro	Não	35,42
Reserva Ecológica Restinga de Camburi	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Restinga	Não	12,54
Reserva Ecológica Municipal Mata de Goiabeiras	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	50.722,87
Reserva Ecológica Municipal Mata Paludosa	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	12,35
Área de Proteção Ambiental do Maciço Central	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Sim	1.100,00
Reserva Ecológica Municipal São José	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	2,36
Parque Estadual da Fonte Grande	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Sim	260,00
Reserva Ecológica Municipal Morro do Itapenambi	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mata Atlântica	Não	10,92

Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão	Vitória	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Manguezal	Não	891,84
--	---------	---------------------------------------	-----------	-----	--------

Fonte: IEMA (2008); Prefeituras Municipais.

**Tabela 2.1.3.2.d – Unidades de Conservação Particulares (RPPN)**

<b>Nome da UC</b>	<b>Município</b>	<b>Ecossistema Predominante</b>	<b>Plano de Manejo</b>	<b>Área (ha)</b>
RPPN Três Pontões	Afonso Cláudio	Mata Atlântica	Não	12,00
RPPN Oitrem	Alfredo Chaves	Mata Atlântica	Não	58,1
RPPN Restinga de Aracruz	Aracruz	Mata Atlântica	Não	295,64
RPPN Mutum Preto	Aracruz	Mata Atlântica	Não	378,73
RPPN Florindo Vidas	Iuna	Mata Atlântica	Não	1,08
RPPN Cachoeira Alta	Divino São Lourenço	Mata Atlântica	Não	10,55
RPPN Cafundó	Cachoeiro de Itapemirim	Mata Atlântica	Não	517,00
RPPN Reserva Fazenda Sayonara	Conceição da Barra	Mata Atlântica	Não	28,00
RPPN Córrego da Floresta	Afonso Claudio	Mata Atlântica	Não	23,86
RPPN Mata da Serra	Vargem Alta	Mata Atlântica	Não	14,54
RPPN Recanto das Antas	Linhares	Mata Atlântica	Não	2.240,41
RPPN Santa Cristina	Montanha	Mata Atlântica	Não	29,22
RPPN Linda Laís	Santa Teresa	Mata Atlântica	Não	3,48
RPPN Alimericino Gomes Carvalho	Guaçuí	Mata Atlântica	Não	6,01

RPPN Bugio e Companhia	Afonso Claudio	Mata Atlântica	Não	6,52
RPPN Vovó Dindinha	Afonso Claudio	Mata Atlântica	Não	14,55
RPPN Rancho Chapadão	Santa Leopoldina	Mata Atlântica	Não	28,60
RPPN Águas do Caparaó	Dores do Rio Preto	Mata Atlântica	Não	0,8

Fonte: IEMA (2008).



Observando a Tabela 2.1.3.2.c, observa-se a existência de 41 unidades de conservação criadas pelo poder público municipal. Dentre estas 23 são unidades de conservação de proteção integral, 09 são unidades de conservação de uso sustentável e 09 não estão enquadradas de acordo com as categorias definidas no SNUC. A capital Vitória destaca-se com 17 unidades de conservação.

As unidades de conservação municipais representam alguns dos principais ecossistemas do estado, incluindo os diversos domínios da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados (manguezal e restinga), além dos ambientes marinhos e rupestres.

A Tabela 2.1.3.2.d apresenta a relação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). A RPPN é uma unidade de conservação criada em área privada, gravada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A criação de uma RPPN é um ato voluntário do proprietário, que decide constituir sua propriedade, ou parte dela, em uma RPPN, sem que isto ocasione perda do direito de propriedade (ICMBio, 2010).

Além de preservar belezas cênicas e ambientes históricos, as RPPNs assumem, cada vez mais, objetivos de proteção de recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção de equilíbrios climáticos ecológicos entre vários outros serviços ambientais. Atividades recreativas, turísticas, de educação e pesquisa são permitidas na reserva, desde que sejam autorizadas pelo órgão ambiental responsável pelo seu reconhecimento. O Estado do Espírito Santo possui 18 RPPN's.

As dimensões reduzidas das UC's existentes no estado (menores que 1.500 ha) são preocupantes, assim como sua descontinuidade geográfica que dificulta uma conectividade entre elas, exceto as áreas do Parque Nacional do Caparaó e da

Reserva Biológica de Sooretama, com áreas superiores a 20.000 ha. A maior área de florestas está situada no Município de Linhares (REBIO de Sooretama e a Reserva Natural da Vale do Rio Doce, antiga Reserva Florestal de Linhares). Estas áreas se avizinham, conferindo à floresta um grande valor biológico e ecológico.

Outro fator relevante é que muitas UC's foram criadas e continuam existindo somente no documento que lhes deu origem. Parte dessa situação pode ser imputada à falta de condições operacionais, financeiras e técnicas dos órgãos responsáveis pelo gerenciamento das UC's.

Em relação à conservação, a maioria das áreas protegidas possui vegetação em estágios sucessionais de regeneração, principalmente aquelas com cobertura de Floresta Ombrófila Densa e todas as suas derivações, devido à devastação das florestas originais para cultivo, pastagem e retirada de madeira nobre, entre outros fatores que provocaram a redução da sua biodiversidade. A exceção pode ser observada em alguns manguezais e áreas rupestres que contam com sua vegetação em estágio primitivo, devido as características do ambiente, como é o caso dos manguezais do rios Piraquê-açu (Aracruz) e Benevente (Anchieta) e a vegetação rupestre da APA do Goiapaba-Açú.

#### 2.1.3.2.1 Unidades de Conservação e Áreas Naturais Protegidas Localizadas no Município de Aracruz

- **Unidades de Proteção Integral e Uso Sustentável**

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei Federal nº. 9.985/00. As Unidades de Uso Sustentável objetivam

compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A Tabela 2.1.3.2.1.a apresenta as unidades de proteção integral e uso sustentável existentes no município de Aracruz, segundo dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

**Tabela 2.1.3.2.1.a – Unidades de Proteção Integral e Uso Sustentável do município de Aracruz**

<b>Unidade</b>	<b>Município de Abrangência</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Bioma</b>	<b>Gestor</b>
Parque Natural Municipal de Aricanga	Aracruz	515,6886	Mata Atlântica	PMA
Parque Natural Municipal David Victor Farina	Aracruz	44,12	Mata Atlântica	PMA
Reserva Biológica de Comboios	Aracruz e Linhares	833,23	Floresta de Restinga	IBAMA
Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-mirim	Aracruz	-	Manguezal	PMA
Área de Proteção Ambiental Costa das Algas	Aracruz, Fundão e Serra	114,93	Marinho Costeiro	ICMBio
Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz	Aracruz	17,74	Marinho Costeiro	ICMBio

Fonte: IEMA (2007); ICMBio (2010).

- **Área Natural Protegida**

As Áreas Naturais Protegidas são espaços especialmente dedicados à proteção e a conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais a ela associados, devendo ser gerenciadas através de técnicas apropriadas e meios legais. A Tabela 2.1.3.2.1.b apresenta a área natural protegida presente no município de Aracruz, segundo dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).

**Tabela 2.1.3.2.1.b – Área Natural Protegida do município de Aracruz**

<b>Unidade</b>	<b>Município de Abrangência</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Bioma</b>	<b>Gestor</b>
Estação de Biologia Marinha Ruschi	Aracruz	21,40	Manguezal e Restinga	Particular – André Ruschi

Fonte: IEMA (2007).

A Estação de Biologia Marinha Ruschi é uma escola de ecologia, dedicada a pesquisas, cultura e educação, fundada na década de 60, pelo cientista Augusto Ruschi, no litoral de Santa Cruz, município de Aracruz, ES. A Estação é aberta ao público para visitação orientada por monitores que conduzem os visitantes através de trilhas mostrando os ecossistemas existentes, tais como: floresta paludosa, restingas, mangue, praia, arrecifes e floresta de tabuleiro.

## 2.1.4 Enquadramento Municipal

O Município de Aracruz teve sua origem com a fundação de um pequeno aldeamento na foz do Rio Piraquê-Açu em 1556 e que recebeu o nome de Aldeia Nova. Em 1848, a Resolução nº. 2 cria o Município de Santa Cruz (hoje Aracruz), com sede na Vila de Santa Cruz. Em 31 de dezembro de 1943, pelo decreto nº. 15.777, o município passa a denominar-se Aracruz (PMA, 2007), tendo a sua sede o mesmo nome (Figura 2.1.4).



Figura 2.1.4 – Vista aérea da sede do município de Aracruz.  
Fonte: [www.pma.es.gov.br](http://www.pma.es.gov.br)

#### 2.1.4.1 Aspectos Geográficos

O município está localizado nas coordenadas 19° 49' 12" S e 40° 16' 22" W (Microrregião Metrópole Expandida Norte) distante 83 km da capital do Estado. Sua área total corresponde a 1.436,83 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,12% do território estadual. O município de Aracruz está inserido no Bioma Mata Atlântica e tem quase a totalidade de seu território dentro do Grupo Barreiras (PMA, 2007).

Sua cobertura original era representada predominantemente pela floresta atlântica de planície e encosta, e aproximadamente 86,94% de suas áreas apresentam declividade inferior a 30%. Entretanto, a vegetação primitiva foi gradualmente alterada pelas pastagens, culturas agrícolas e silvicultura. Seus municípios limites são: Linhares (ao Norte), Fundão (ao Sul), Ibirapu e João Neiva (a Oeste). O Oceano

Atlântico limita a fronteira leste do município (Figura 2.1.4.1). Sua altitude média é de 50 metros, de clima tropical litorâneo, temperatura média de 28°C e umidade relativa do ar de 87% (PMA, 2007).

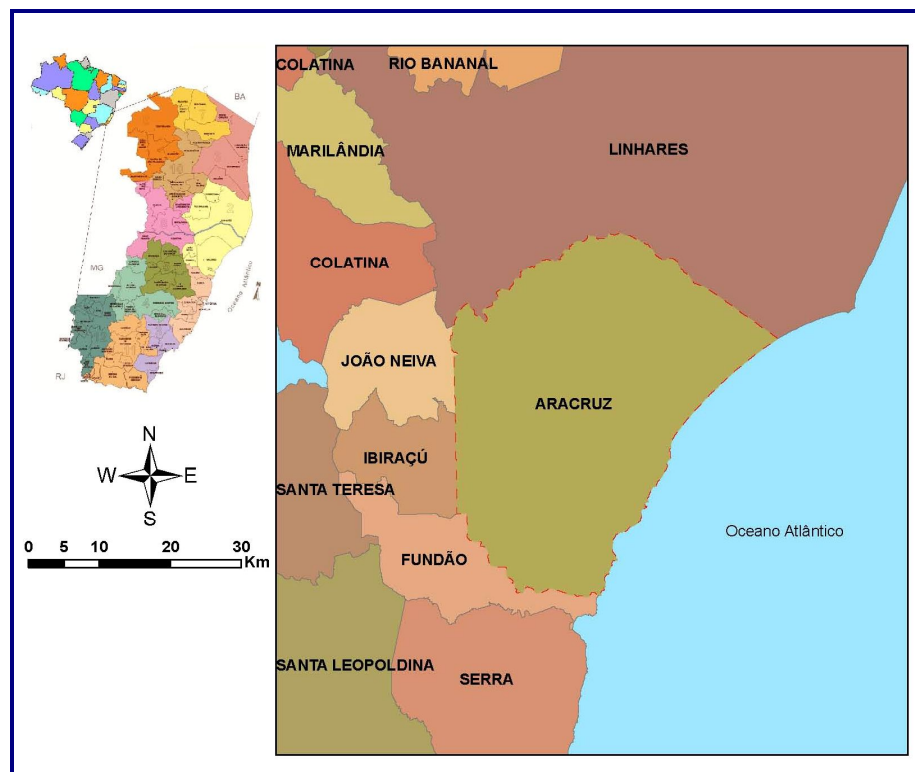


Figura 2.1.4.1 – Limites do município de Aracruz

Além da sede, o município de Aracruz é constituído pelos distritos de Santa Cruz, Riacho, Guaraná e Jacupemba. Seu litoral reúne uma infinidade de belíssimos atrativos naturais com paisagens exuberantes, entre elas extensas áreas verdes, belíssimas praias, restingas, manguezais, enseadas, recifes, montanhas, coqueirais, fragmentos de mata atlântica, gastronomia, festas religiosas, reservas ecológicas, tartarugas marinhas, lagoas e rios formando assim, um dos mais ecológicos trechos do litoral capixaba (PMA, 2007).



## 2.1.4.2 População

Segundo a contagem e estimativa da população realizada pelo IBGE em 2007, a população do município de Aracruz está estimada em 73.358 habitantes, com densidade demográfica de 51,08 hab./km<sup>2</sup>. Este total representa um acréscimo de 13,49% do total populacional registrado no ano de 2000. A maioria absoluta da população do município de Aracruz se concentra nas zonas urbanas, perfazendo 84,25% do total no ano de 2000 (Tabela 2.1.4.2.a).

**Tabela 2.1.4.2.a – População residente, segundo situação de domicílio**

Situação do Domicílio	2000	%
Rural	10.179	15,74
Urbana	54.458	84,25
Total	64.637	100%

Fonte: IBGE (2000).

Conforme exposto na tabela acima, em 2000, 84,25% dos munícipes eram residentes da área urbana de Aracruz. A taxa de urbanização alcançada pelo município de Aracruz apresentou um crescimento de 4,8% superior à média estadual (Tabela 2.1.4.2.b), de acordo com dados do IBGE (2000).

**Tabela 2.1.4.2.b – Taxa de urbanização do município de Aracruz**

Ano	Região	Taxa de Urbanização (%)
2000	Aracruz	84,3
	Espírito Santo	79,5

Fonte: IBGE (2000).

#### 2.1.4.2.1 Comunidades Indígenas

Segundo dados da Secretaria Municipal de Cultura de Aracruz, o município apresenta a maior comunidade indígena do Estado do Espírito Santo. A população indígena municipal está estimada em 2.450 habitantes (700 famílias, sendo 525 Tupiniquim e 175 Guarani), distribuídos em uma área de aproximadamente 18.070 ha. A Tabela 2.1.4.2.1 apresenta as reservas indígenas encontradas no município de Aracruz.

**Tabela 2.1.4.2.1 – Reservas indígenas do município de Aracruz**

<b>Reserva Indígena</b>	<b>Origem</b>
Caieiras Velha	Tupiniquim
Pau Brasil	Tupiniquim
Irajá	Tupiniquim
Comboios	Tupiniquim
Boa Esperança – Tekoá Parã	Guarani
Três Palmeiras	Guarani
Piraquê-Açu	Guarani

Fonte: PMA (2007).

De acordo com os dados apresentados na tabela acima, existem, no município de Aracruz, sete comunidades indígenas de origem Tupiniquim e Guarani. As Reservas Indígenas, segundo dados da FUNAI, cobrem hoje uma área aproximada de 7.561 hectares com recursos naturais expressivos.

#### 2.1.4.3 Uso e Ocupação do Solo

No município de Aracruz há diferentes tipos de uso e ocupação do solo. Entre eles podemos citar como os mais importantes:

- Uso Urbano: a ocupação destas áreas se deu em função da concentração de famílias de pescadores nos locais que permitiam melhor acesso ao mar. O desenvolvimento do turismo permitiu a formação de aglomerados e a fixação de contínuos urbanos. Pode-se citar como exemplo os contínuos urbanos de Barra do Riacho e Barra do Sahy;
- Uso Portuário e Industrial: a área ocupada para pela atividade portuária diz respeito ao Porto da Barra do Riacho, pertencente à CODESA. Neste porto funciona a Portocel – Terminal Especializado de Barra do Riacho S/A, originado de um condomínio entre a Aracruz Celulose S/A e a Cenibra (Celulose Nipo - Brasileira), sendo responsável pelo manuseio e embarque de fardos de celulose exportados para países europeus, Estados Unidos, Japão, e também na movimentação de insumos usados na fabricação da celulose, como o sal (de que extrai o cloro) e peróxido de nitrogênio, usado no branqueamento da polpa de celulose. O Terminal conta com ramal ferroviário de 40 km, interligando a Estrada de Ferro Vitória - Minas ao terminal portuário, um Cais de 430 metros de extensão permitindo a caracterização de dois berços sendo um com 230 metros de comprimento e outro com 200 metros, uma darsena de 150 metros de comprimento por 90 metros de largura. Para o ano de 2009 esta projetado a construção do Terminal de GLP (gás liquefeito de petróleo), que a Transpetro, subsidiária de transportes da Petrobras, está construindo na área portuária de Barra do Riacho. A base da economia do Município de Aracruz é a empresa Aracruz Celulose S/A que recentemente teve o seu nome mudado para Fibria S/A, resultado da união da

Aracruz Celulose e da Votorantim Celulose e Papel. A Fibria é considerada a maior empresa mundial de celulose de fibra curta e branqueada de eucalipto, matéria-prima para a fabricação de papéis, projetando, assim, o município no Brasil e no mundo. Além da Fibria S/A, o Parque Industrial existente no município é representado pela Nexem, Degussa (Bragussa – Produção de Peróxido de Hidrogênio) e por diversas indústrias metal-mecânicas e eletrônicas que oferecem suporte às de grande porte.

- Uso Viário: pode-se citar a malha viária municipal de Aracruz que foi beneficiada após implantação das instalações da empresa Aracruz Celulose S/A;
- Uso Turístico: principalmente nos balneários da Barra do Sahy, a Praia dos Padres, Coqueiral e Santa Cruz;
- Uso Rural: a atividade agropecuária representa a segunda fonte de geração de renda no município de Aracruz;
- Unidades de Conservação: o município de Aracruz possui em seu território seis (06) Unidades de Conservação;
- Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Natural: Sítio Arqueológico de Santa Cruz, Urnas Funerárias Indígenas, Fazenda das Palmas, Igreja São Benedito do Rosário, Grupo de Ballo, Morro do Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim, Barragem da Usina de Santa Maria, Aldeias Indígenas, a Igreja Católica de Santa Cruz, a Igreja Mont Serrat e o Edifício Público (antiga Câmara Municipal de Santa Cruz);
- Comunidades Indígenas: são comunidades descendentes das etnias Tupiniquim e Guaraní localizadas nas proximidades da costa, no entorno dos rios Piraquê-Açu e Comboios.

#### 2.1.4.3.1 Estrutura Econômica Municipal

Juntamente com os municípios de Linhares, Fundão, João Neiva, Sooretama e Ibirajuba; Aracruz tem seu desenvolvimento vinculado à região da Grande Vitória. Segundo dados do Anuário do Espírito Santo (2008), a silvicultura e a atividade agropecuária representam a base da economia do município de Aracruz. O ciclo industrial moderno iniciou-se no final da década de 60, com a implantação da empresa Aracruz Celulose S/A.

- **Silvicultura**

A silvicultura é a principal atividade econômica do município exercida pela empresa Fibria S/A. Esta atividade é responsável pela produção anual de 2 milhões de toneladas de celulose que são exportadas através do Portocel (Terminal Especializado de Barra do Riacho S/A), de propriedade desta empresa (PMA, 2007). A empresa Cenibra (Celulose Nipo-brasileira S/A.), com base no estado de Minas Gerais, também utiliza o Portocel para embarque anual de 900 mil toneladas de celulose para o Japão e outros países da Ásia (PMA, 2007).

A Tabela 2.1.4.3.1.a apresenta a quantidade de produtos gerados pela silvicultura no município de Aracruz no ano de 2005.

**Tabela 2.1.4.3.1.a – Produção da silvicultura no ano de 2005**

Produto	Unidade	Quantidade
Carvão vegetal	Tonelada	3.197
Lenha	m <sup>3</sup>	61.650
Madeira em tora para outras finalidades	m <sup>3</sup>	56.302
Madeira em tora para papel e celulose	m <sup>3</sup>	1.455.066

Fonte: IBGE (2005) apud IJSN (2008).

Além da Fibria S/A, o Parque Industrial local é representado pelas empresas Nexem, Degussa (Bragussa - Produção de Peróxido de Hidrogênio) e por diversas indústrias metal - mecânicas e eletrônicas que oferecem suporte às empresas de grande porte, como a Fibria S/A (PMA, 2007).

- **Atividade Agropecuária**

A atividade agropecuária perfaz 8,4% da economia local. A cafeicultura é a principal atividade agrícola, ocupando uma área de 3.600 ha (cerca de 2,50% da área do município) envolvendo 800 produtores rurais. A produção de mandioca, milho e feijão é outra importante atividade agrícola desenvolvida no município. A Tabela 2.1.4.3.1.b apresenta as principais culturas agrícolas praticadas em Aracruz.

**Tabela 2.1.4.3.1.b – Principais culturas agrícolas praticadas em Aracruz**

<b>Cultura</b>	<b>Áreas (ha)</b>	<b>Produtividade (kg/ha)</b>
Café	3.600	800
Milho	1.200	3.300
Feijão	400	1.000
Mandioca	350	15.000
Seringueira	200	-
Total	5.750	20.100

Fonte: PMA (2007).

Como pode ser observado na Tabela 2.1.4.3.1.b, o café ocupa 62,60% da área agrícola do município, seguido pelo milho, feijão, mandioca e seringueira. Entretanto, a mandioca apresenta maior produtividade na relação kg/ha, com 15 toneladas por hectare.

Dados da Secretaria de Agricultura do Município de Aracruz dão conta que a fruticultura pode ser considerada como a segunda atividade agrícola em geração de renda no município. A Tabela 2.1.4.3.1.c apresenta as principais frutas cultivadas no município.

**Tabela 2.1.4.3.1.c – Principais frutas cultivadas no município**

<b>Cultura</b>	<b>Áreas (ha)</b>	<b>Produtividade (toneladas)</b>
Mamão	1.000	56.000
Cana de açúcar	1.310	41.920
Coco	280	2.400
Banana	200	720
Goiaba	10	90
Maracujá	30	60
Graviola	02	-
Laranja	50	2.350
Limão	45	120
Total	2.927	103.660

Fonte: PMA (2007).

Conforme os dados apresentados na tabela acima, a cana de açúcar apresenta a maior área cultivada, seguida pelo mamão, coco, banana e goiaba. Observa-se que o mamão, mesmo com uma área inferior àquela utilizada pela cana de açúcar, apresenta uma maior produtividade.

Através da Secretaria Municipal de Agricultura, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), desenvolve ações que são direcionadas, prioritariamente, para pequenos produtores rurais que tenham na agricultura sua principal atividade econômica e uso da força de trabalho familiar, fortalecendo a unidade de produção como centro gerador de produtos, emprego e



renda, responsável pela subsistência e segurança da família e a permanência produtiva do homem no seu negócio.

A pecuária de corte é outra importante atividade geradora de renda, associada à pecuária de leite que está localizada nas comunidades de Santa Rosa, Mucurutá e Biriricas. Segundo dados da Secretaria de Agricultura do Município de Aracruz o rebanho do município é composto de aproximadamente 40.000 cabeças de animais. A Tabela 2.1.4.3.1.d compara as áreas utilizadas pela atividade agrícola e a silvicultura no município de Aracruz.

**Tabela 2.1.4.3.1.d – Áreas utilizadas pela agricultura e silvicultura no município de Aracruz**

<b>Cultura</b>	<b>Área (ha)</b>
Agricultura	8.677
Silvicultura	57.999,9
Total	66.676,9

Fonte: PMA (2007).

Como pode ser observado na Tabela 2.1.4.3.1.d, a atividade agrícola e a silvicultura ocupam uma área total de 66.676,9 ha (666,76 km<sup>2</sup>). Essa área perfaz 46,43% do território total de Aracruz. Entretanto, a área ocupada para o plantio do eucalipto corresponde a 6,68 vezes a área ocupada pela atividade agrícola.

#### 2.1.4.3.2 Rede Viária

- **Rodovias**

O Espírito Santo é cortado por duas extensas rodovias federais, que basicamente convergem para a Grande Vitória, a BR-101 e a BR-262. A Rodovia BR-101 corta 20

municípios, atravessa o Estado de Norte a Sul, e é considerada a principal ligação com o estado do Rio de Janeiro (ao Sul) e com o estado da Bahia (ao Norte). Rodovias estaduais e federais dão acesso ao município de Aracruz, e consequentemente a Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim, via municípios de Ibraçu, Linhares e Fundão. As principais vias de acesso à cidade de Aracruz são:

- Rodovias estaduais ES-010, ES-124, ES-257, ES-261;
- Rodovia federal BR 101.

As Rodovias ES-010, ES-124 e ES 261 podem dar acesso a Reserva Ecológica dos manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim, como apresentadas na Figura 2.1.4.3.2.

- **Ferrovias**

Segundo informações do Governo Estadual, as ferrovias do Estado já tiveram uma posição privilegiada porque integravam uma boa parte do território estadual, com quase toda a região Sudeste do Brasil. Porém, com uma política voltada a privilegiar o sistema rodoviário, hoje o Espírito Santo possui somente a Ferrovia Vitória-Minas da CVRD (EFVM) em pleno funcionamento. A Estrada de Ferro Vitória-Minas (Figura 2.1.4.3.2) é utilizada para o transporte de minério de ferro de Minas Gerais e liga a cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (passando pela região de mineração de Itabira) ao município de Cariacica e aos portos de Tubarão, Praia Mole e Barra do Riacho (município de Aracruz), no Espírito Santo. No ramal 46, a partir da estação de Piraquê-açu, é feita uma conexão que liga a EFVM/CVRD ao Porto da Barra do Riacho (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2008).

Com 905 km de extensão, é uma das mais modernas e produtivas ferrovias do Brasil, sendo administrada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e transporta

37% de toda a carga ferroviária nacional. Além de ser utilizada para escoar o minério de ferro, também é utilizada para o transporte de aço, carvão, calcário, granito, contêineres, ferro-gusa, produtos agrícolas, madeira, celulose (Cenibra), veículos e cargas diversas, de Minas Gerais para o exterior.



Figura 2.1.4.3.2 – Mapa Rodo-ferroviário do Espírito Santo

Fonte: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (2008).

#### 2.1.4.4 Domínio Morfoclimático

Segundo Ab'Saber (1977), a América do Sul pode ser dividida em modelos regionais de organização de paisagens, baseando-se na distribuição de pluviosidade e dos grandes grupos vegetacionais (florestas, cerrados, charcos, entre outros) denominados Domínios Morfoclimáticos. Estes domínios correspondem a grandes extensões territoriais que apresentam fisionomia própria diferenciando-se um dos outros por apresentarem um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solo, formação de vegetação e condições climato-hidrológicas.

A América do Sul apresenta três esquemas fundamentalmente diferentes: Área Guianense-Brasileira, Área Andina e Área Chaco-Monte-Patagônica. O território brasileiro encontra-se inserido na Área Guianense-Brasileira que, por sua vez, está subdividida nos seguintes grandes domínios: Roraima-Guianense, Equatorial Amazônico, Caatinga, Cerrado, Tropical Planalto de Araucária e Tropical Atlântico, que se encontram intercalados por áreas de transição (AB'SABER, 1977).

A região da Reserva Ecológica Dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim está inserida no Domínio Tropical Atlântico, esse domínio acompanha a faixa litorânea do Brasil desde o Nordeste até o Sul do País. O Domínio Tropical Atlântico caracteriza-se por relevo com topografia em "meia-laranja", mamelonares ou Mares de Morros formados pela intensa ação erosiva na estrutura cristalina das Serras do Mar, da Mantiqueira e do Espinhaço. Apresenta predominantemente clima tropical quente e úmido, caracterizado pela floresta latifoliada tropical, conhecida como Mata Atlântica. Essa paisagem sofreu grande degradação em consequência da forte ocupação humana. Além do desmatamento, esse domínio sofre intenso processo erosivo (relevo acidentado e clima úmido), com deslizamentos frequentes e formação de voçorocas.

Associado a essas morfologias, também se encontra as regiões de manguezais que ficam situadas às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde ocorre o encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa, está sujeito ao regime das marés, sendo dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes vegetais e animais.

Ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, a cobertura vegetal do manguezal instala-se em substratos de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra.

Os manguezais desempenham importante papel como exportador de matéria orgânica para os estuários, contribuindo para a produtividade primária na zona costeira. Por essa razão, constituem-se em ecossistemas complexos e dos mais férteis e diversificados do planeta. A sua biodiversidade faz com que essas áreas se constituam em grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies típicas desses ambientes, como para animais, aves, peixes, moluscos e crustáceos, que aqui encontram as condições ideais para reprodução, eclosão, criadouro e abrigo, quer tenham valor ecológico ou econômico.

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim está localizada em uma região com predomínio de manguezais que se formam as margens dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim.

No Estado do Espírito Santo esses manguezais estão bem representados principalmente pelos manguezais da Grande Vitória, como a Ilha do Lameirão, do Rio Benevente, no município de Anchieta, sul do Estado e dos manguezais dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim, norte do Estado.



O clima possui médias térmicas anuais entre 14°C e 22°C e as chuvas ocorrem no verão. No inverno, as médias térmicas são mais baixas, por influência da altitude e da massa de ar Polar Atlântica (mPa), (Figura 2.1.4.4).

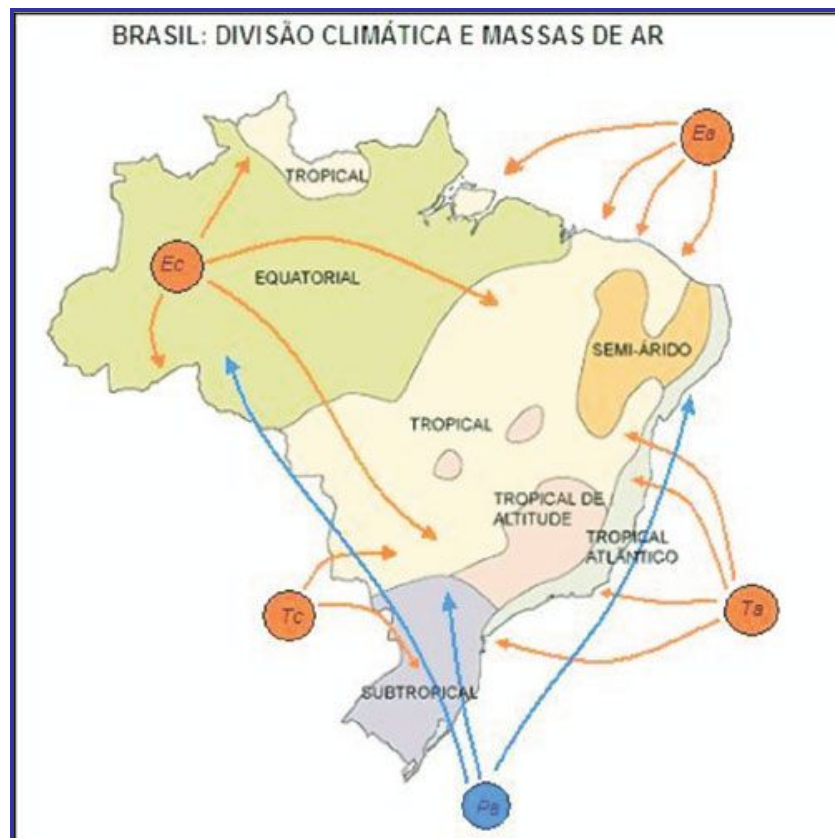


Figura 2.1.4.4 – Massas de ar no Brasil

- Pa - Massa Polar Atlântica (mPa) – durante o verão chega ao território brasileiro menos fria e mais úmida contribuindo muito para a ocorrência das chuvas frontais. No inverno é mais fria e menos úmida contribuindo para a formação de geadas, queda de neve (esporadicamente no Sul do Brasil) e para o fenômeno da friagem na Amazônia Ocidental e Centro-Oeste.

- Ta - Massa Tropical Atlântica (mTa) – é quente e úmida. Atua no leste do nosso território provocando chuvas na fachada litorânea do Nordeste, Sudeste e parte da Região Sul.

As Massas de Ar nomeadas C (Massa Tropical Continental (mTc)), D (Massa Equatorial Atlântica (mEa)) e E (Massa Equatorial Continental (mEc)), são indicadas na figura anterior mas não atuam no estado do Espírito Santo.

#### 2.1.4.5 Enquadramento Biogeográfico

A Biogeografia tem por objetivo o estudo da distribuição dos seres vivos na superfície terrestre e, também, o entendimento da racionalidade dessa distribuição no espaço e no tempo. Ou seja, procura entender os diferentes padrões de distribuição da fauna (zoogeografia) e da flora (fitogeografia), como se processaram as modificações morfológicas nestes, quais suas origens e como isso aparece refletido no espaço geográfico. Levando em conta a perspectiva histórica e uma escala analítica temporal (BROWN & LOMOLINO, 1998).

De acordo com Cox e Moore (2000), a biogeografia divide-se em:

- Biogeografia Ecológica: que estuda os fatores ecológicos que determinam à distribuição dos organismos;
- Biogeografia Histórica: que estuda, com base em fatores históricos, a distribuição espacial e temporal dos seres vivos.

Levando-se em conta, ainda, a divisão dos seres vivos, a biogeografia subdivide-se em:

- Fitogeografia: quando trata da distribuição das plantas;



- Zoogeografia: quando estuda a distribuição dos animais;

Em ambas há a subdivisão em:

- Terrestre: quando estudam o ambiente terrestre;
- Marinha: quando tratam das plantas ou animais marinhos;

A Biogeografia estuda as interações, a organização e os processos espaciais do presente e do passado, dando ênfase aos seres vivos (biocenose) – inclusive o homem, quando visto como participante de uma biocenose, portanto, integrante das cadeias tróficas e dependente das condições ambientais – que habitam determinado local: o biótopo. Nota-se, que a Biogeografia sempre está associada ao enfoque do espaço geográfico, fato que a diferencia da Biologia, da Botânica, da Zoologia e da Ecologia (TROPPMAIR, 2004).

#### 2.1.4.6 Domínio Fitogeográfico

Rizzini (1963) define o território brasileiro em três grandes províncias fitogeográficas: Província Amazônica, Província Atlântica e Província Central. Dentre estas, a Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim encontra-se integralmente inserido na Província Atlântica.

Devido às características próprias, a Floresta Atlântica e os ecossistemas da Planície Litorânea favorecem a existência de elevado número de espécies de fauna e flora brasileira, pois abriga uma das maiores biodiversidades do globo terrestre.

A principal paisagem vegetal desse domínio era, originariamente, representada pela mata atlântica ou floresta latifoliada tropical. Essa formação florestal ocupava as terras desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, cobrindo as escarpas

voltadas para o mar e os planaltos interiores do Sudeste. Apresentava, em muitos trechos, uma vegetação imponente, com árvores de 25 a 30 metros de altura, como perobas, pau-d'alho, figueiras, cedros, jacarandá, jatobá, jequitibá, etc.

Com o processo de ocupação, essa floresta sofreu grandes devastações. No início, foi a extração do pau-brasil; posteriormente, a agricultura da cana-de-açúcar (Nordeste) e a do café (Sudeste). Esta devastação pela ocupação humana deixou restringida sua área à região das Serras do Mar e da Mantiqueira, no Sudeste do Brasil. De 1,1 milhões de km<sup>2</sup>, hoje não chega a 5% desse total.

Um dos conceitos mais importantes na classificação por Domínios refere-se ao de "áreas nucleares", onde estão superpostas às feições definidoras do Domínio (solo, clima, padrões de drenagem, relevo e vegetação), separadas por faixas que não são necessariamente de transição gradual, mas com características específicas e setorizadas, podendo apresentar fisionomias locais muito diversas (AB'SABER, 1977).

Em função destes aspectos, torna-se difícil estabelecer limites precisos para cada Domínio. Nas zonas ou faixas de transição, componentes de duas ou mais áreas de contato interpenetram-se, diferenciam-se (ou se misturam), formando mosaicos complexos (AB'SABER, 1977).

Nesse sentido, os Domínios Morfoclimáticos constituem o quadro de referência da compartimentação ecológica da paisagem mais adequado às interpretações da distribuição biogeográfica, sendo atualmente mais utilizado que outras subdivisões, anteriormente propostas.

A área do Estado do Espírito Santo está contida em diferentes Divisões Fitogeográficas, Biogeográficas ou, ainda, Domínios Morfoclimáticos, conforme o sistema adotado para a classificação da paisagem. O bioma predominante na região de maior importância era a Floresta Tropical (RUSCHI, 1950). A devastação dessa

floresta aumentou com a expansão da derrubada das matas para a implantação da agricultura e aproveitamento da madeira.

Apesar da devastação, o Espírito Santo possui uma das maiores biodiversidades por hectares entre as florestas tropicais, entre outros estados brasileiros, pois a distribuição sazonal e em altitudes variáveis favorece a diversificação das espécies e a grande quantidade de matéria orgânica que se decompõe sobre o solo, fertilizando a vegetação. Ex: canelas, jequitibás, cedros, ipês, etc.

Hoje a floresta dá lugar ao turismo predatório, principalmente nas planícies litorâneas, onde, além das matas de baixadas, também vêm sendo destruídas as restingas e os manguezais.

Segundo Borgo & Weinberg (1991), o litoral brasileiro acompanha os três tipos de formações: topográfica, edáfica e botânica, segundo o qual se divide em rochoso, arenoso e limoso. Para os ambientes rochosos, acima das zonas das marés está a zona superior onde a água do mar não chega, a não ser de maneira excepcional. Sobre esses rochedos as algas são substituídas, a princípio, por alguns líquens incrustantes e, em seguida, por líquens foliáceos. Têm-se, então, o início da sucessão na rocha. As comunidades aí formadas só recebem águas das chuvas cuja falta é amenizada pelo orvalho e nevoeiro. As partes mais elevadas da região possuem rochas nuas com vegetação rupícula típica formada principalmente por Cactaceae e Bromeliaceae.

Na área estudada, a vegetação denominada mangue ocorre nas faixas situadas na zona entre-marés e na transição entre ambientes terrestres e marinho. No entorno também podem ser observadas áreas de vegetação sobre sedimentos arenosos que compõe a planície litorânea costeira, denominada restinga e em áreas localizadas em sedimentos terciários do grupo barreiras, denominado tabuleiros.

- **Manguezal**

Grande parte da área estudada ocupa este tipo de ambiente. Ruschi (1950) atribuiu à formação vegetal ocorrente no local o nome de “Mata pantanosa marítima, Mangrove ou Manguê”, considerando uma formação botanicamente pouca significativa devido a baixa diversidade, embora o referido autor destaque a importância do ecossistema, principalmente graças as grandes extensões (300 km<sup>2</sup>), que formam do extremo norte ao extremo sul do Estado.

Para Azevedo (1962), as áreas de Manguezais são denominadas “Comunidades subarbóreas dos solos argilo-silicosos sob influência direta da maré (mangue)”, destacando o caráter halófilo da vegetação e as características coloidais do solo, resultantes da sedimentação de argilas dos estuários, fundos de baía, depressões entre cordões litorâneos e outras coleções d’água sujeitas às influências das oscilações diárias da maré.

De acordo com IBGE (1987) classifica o ambiente como “Áreas de influência fluviomarinha”, citando também a influência das oscilações da maré, além de manter suas propriedades em toda a extensão do litoral brasileiro.

- **Florestas de Tabuleiro**

O entorno do Manguezal é recoberto pelo domínio das Florestas de Tabuleiros Costeiros. Velloso (1991) classifica esta região como Florestas Ombrófilas Densas de Terras Baixas, que segundo Peixoto & Simonelli (2007) são bastante expressivas na região norte do Espírito Santo.

Ruschi (1950) atribuiu à formação vegetal o nome de “Floresta dos Tabuleiros Terciários”, exaltando ser a formação florestal de maior importância no Espírito Santo, face aos majestosos representantes do reino vegetal existentes no local, que

se rivalizam com os da Amazônia, chegando mesmo alguns a ultrapassá-los em espessura. Essa mesma denominação é também adotada por Rizzini (1979), que a inclui na província atlântica, subprovíncia austro-oriental.

O IBGE (1987) classifica a área como “Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas”, destacando que a sua composição florística revela uma semelhança muito grande com as florestas que ocorrem na Amazônia. Essa característica ombrófila também é evidenciada por Andrade-Lima (1966), que a inclui na floresta Ombrófila Hileiana.

Outros autores tendem a evidenciar o caráter estacional, como Azevedo (1962), que atribuiu ao local a classificação de “Comunidade Arbórea Mesófila dos Tabuleiros” e Jesus (1988) acredita tratar-se de uma “Floresta Estacional Semidecidual”, com um período de deciduidade geralmente muito curto.

Os tabuleiros terciários são coincidentes com os sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras, estando compreendidos entre as formações Quaternárias (Restingas) e as regiões serranas do Pré-Cambriano (PEIXOTO & SIMONELLI, 2007), constituídos de areias e argilas variegadas com eventuais linhas de pedra, dispostos em camadas com espessura variada de conformidade com as ondulações do substrato rochoso, que ocasionalmente aflora nas formas do modelado. Essa unidade está posicionada no sentido norte-sul, com largura variável entre 20 e 120 Km e altitudes em torno de 10 a pouco mais de 100 metros, abrangendo área de 20.994 Km<sup>2</sup> integrante principalmente dos Estados da Bahia e do Espírito Santo (IBGE, 1987).

A importância dessa vegetação em termos de conservação fez com que Peixoto & Silva (1997), incluíssem as Florestas de Tabuleiro do norte do Espírito Santo entre os 14 centros de elevada diversidade vegetal do Brasil. Na realidade, a região denominada por Floresta de Tabuleiro não é ocupada somente por formações florestais, sendo sim formada por um mosaico constituído principalmente por quatro

formações vegetais naturais: Floresta Alta; Floresta de Muçununga; Florestas de Várzea e Campos Nativos (SIMONELLI, 2008).

Apesar de toda a importância dessas áreas, devido à facilidade de acesso pelas próprias condições do relevo, a vegetação nativa tem sido, ao longo dos anos, exaustivamente explorada para fins madeireiros e implantação de projetos agropastoris (SIMONELLI, 1998). Fato esse que levou a região a uma intensa fragmentação, confinando a outrora extensa floresta a manchas esparsas, distribuídas em paisagens fortemente antropizadas (GARAY & RIZZINI, 2003), onde Simonelli (2007) menciona a quase erradicação das Florestas de Tabuleiro ao sul do estado.

Como consequência disso, entre os quais tem destaque a exploração madeireira e a expansão da fronteira agrícola, as Florestas de Tabuleiro do norte do Espírito Santo hoje está praticamente toda restrita a um núcleo florestal constituído pela Reserva Biológica de Sooretama e Reserva Natural da Vale do Rio Doce, nos municípios de Sooretama e Linhares, respectivamente (PEIXOTO et al., 2008), mais ao norte destas áreas, a REBio de Córrego do Veado também merece destaque entre os trechos remanescentes mais representativos destas florestas (SIMONELLI, 2007).

- **Restinga**

A planície arenosa costeira é comumente denominada restinga, cuja gênese está relacionada com as últimas transgressões marinhas ocorridas no quaternário (pleistocênica e holocênica), que depositaram grande quantidade de sedimentos arenosos na costa brasileira, originando as planícies de cordões litorâneos (SUGUIO & TESSLER, 1984).

As restingas podem apresentar múltiplas feições em sua estrutura geomorfológica e microclimática, que acabam por determinar o aparecimento de diferentes tipos

vegetacionais, mesmo em pequenos trechos, como mencionado por Pereira (2003) no Espírito Santo e Waechter (1990) no Rio Grande do Sul. Assim, as restingas podem apresentar fisionomias dominadas por formações alagadas, áreas abertas e até áreas tipicamente florestais.

Segundo o sistema fitogeográfico proposto por Ruschi (1950) para o Espírito Santo, a região estudada é classificada como Mata Esclerófito Litorânea ou simplesmente Restinga, destacando a influência marinha na formação do solo e a diversidade de comunidades, ocasionada pela grande variabilidade microclimática existente nas restingas espiritosantenses. Segundo o autor, a interferência antrópica já era muito evidente naquela época, especialmente na região que vai do Rio Reis Magos para o sul, até o Rio Itabapoana, na divisa com o Rio de Janeiro.

Azevedo (1962) classifica a vegetação ocorrente no local dentro das comunidades arbóreas dos solos argilo-silicosos das baixadas e dos solos silicosos das restingas. Destaca as diferentes “facies” dessas comunidades, seja nos depósitos aluviais ricos das baixadas, sujeitos a alagamentos ou nos antigos cordões litorâneos, que, freqüentemente alternam áreas fechadas e abertas, onde o solo é recoberto por gramíneas, bromeliáceas terrestres e cactáceas.

De acordo com o IBGE (1987) a região faz parte das Áreas das Formações Pioneiras, mais precisamente nas Áreas com Influência Marinha (restinga), destacando que a vegetação nesses ambientes é bastante alterada, restando pouquíssimos remanescentes em perfeitas condições naturais, pois ela sofre sempre grande intervenção, quando não é totalmente suprimida para dar lugar aos loteamentos que se multiplicam por todo o litoral.

Embora, relativamente, a restinga seja o ecossistema mais estudado no Espírito Santo, esses estudos se concentram, em maioria, na região sul do estado, principalmente no município de Guarapari.



#### 2.1.4.7 Domínio Zoogeográfico

Segundo Paiva & Campos (1999) o Estado do Espírito Santo se enquadra na província Tupi (Figura 2.1.4.7) da Sub-região Guiano-Brasileira, região zoogeográfica Neotropical.

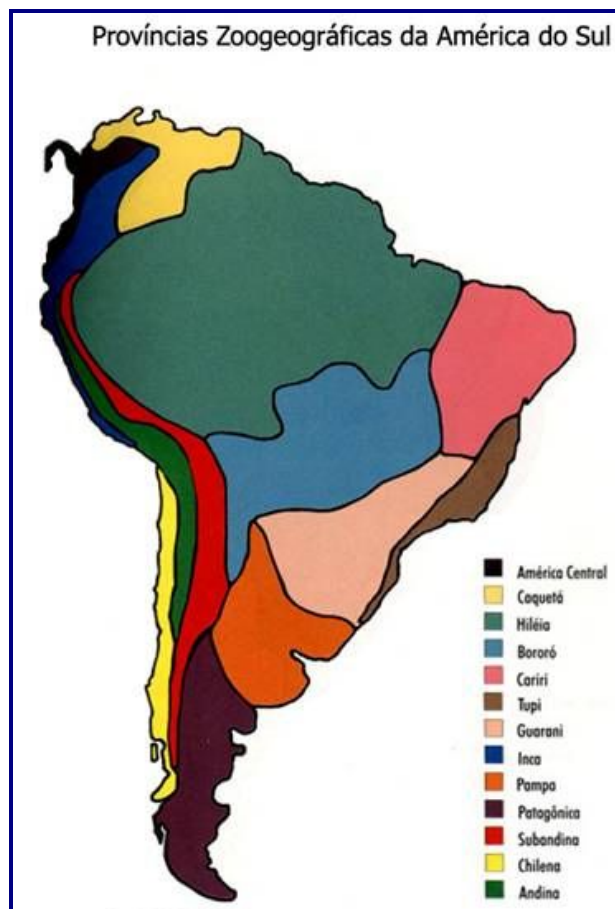


Figura 2.1.4.7 – Enquadramento zoogeográfico do Estado do Espírito Santo

Fonte: PAIVA & CAMPOS (1999).

Uma das maiores características desta região é o seu elevado grau de endemismos com 188 espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica, sendo que o centro destes endemismos encontra-se na Serra-do-Mar, onde se insere em grande parte, o

Espírito Santo. Essa Região divide-se em dois ramos principais: o primeiro abrange a estreita faixa de mata pluvial tropical costeira e o segundo, o centro do Paraná, que corresponde a região das matas de araucária do sul do Brasil (MARINI & GARCIA, 2005). Porém o centro de endemismos da Serra-do-Mar pode ser subdividido em diversos “sub-centros”, caracterizados por conjuntos de espécies próprias a cada um deles.

A localização correta dos centros de endemismo da Mata Atlântica depende ainda de pesquisas mais aprofundadas, uma vez que os dados biológicos disponíveis são fragmentários e às vezes distorcidos, devendo ser reconhecido que a biogeografia da área ainda é muito insatisfatória (MORI et al., 1981 apud BAUER, 1999). É sabido que são nesses centros de endemismos que as espécies sofrem maior ameaça de extinção. Isso pode ser atribuído as características naturais da província, como fauna diversificada e rica em número de espécies endêmicas, com pequena abundância de indivíduos e alto grau de especialização em habitats e recursos restritos que necessitam de grandes áreas florestadas para sua sobrevivência (FITTKAU, 1969 apud PAIVA & CAMPOS, 1999).

## 2.2 SITUAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA REGIONAL

### 2.2.1 História do Município

Segundo os arqueólogos, a ocupação do território do atual Município de Aracruz começou durante a pré-história brasileira, ainda no período primitivo (pré-história – 1.500), há uns 3.200 A.C. (Antes de Cristo), ou 5.200 A.P. (Antes do Presente), cujos vestígios arqueológicos são os sambaquis, amontoados de conchas de ostras e outros mariscos, encontrados principalmente ao longo dos rios Piraquê-açu, Riacho e Comboios, depositado pelos povos caçadores, pescadores ou coletores de alimentos na natureza, que costumavam escavar e fazer moradias.

No período colonial (1500-1810), quando a região era habitada pelos índios Goitacazes, extintos no século XVII, portugueses e índios temiminós, de Niterói, derrotados por uma aliança entre invasores franceses e tamoios do Rio de Janeiro, são transferidos pelo Governador-Geral Duarte da Costa para o Espírito Santo, sendo alojados na margem direita-sul da foz do rio Piraquê-açu, hoje vila de Santa Cruz, onde fundaram um pequeno aldeamento em 1556, chefiados pelo cacique temiminó Maracajaguaçu e pelo padre jesuíta Brás Lourenço, auxiliado por dois noviços, Diogo Jácome e Fabiano Lucena.

O lugarejo criado recebeu o nome de Aldeia Nova, com o objetivo de ocupar a costa do pau-brasil (Rio Grande do Norte a Cabo Frio), conquistar a terra e evangelizar os índios da região. Entretanto, Aldeia Nova teve desenvolvimento lento por causa da grande quantidade de formigas “cabeçudas”, que destruíam as lavouras, o que levou os padres a fundar outra aldeia em 1557, em Campos do Riacho, que também cresceu lentamente.

Anos depois, em 1580, início do domínio espanhol (1580-1640), os jesuítas transferiram os índios, já aldeados, para o núcleo que fundaram em Nova Almeida, o qual chamaram Aldeia Nova dos Santos Reis Magos, ficando a Aldeia de Santa Cruz com o nome de Aldeia Velha, pertencente ao futuro Município de Santos Reis Magos, que mais tarde passou a se chamar Nova Almeida.

Abandonada por 110 anos, desde 1580, Aldeia Velha foi repovoada em 1790, por 30 casais portugueses, trazidos pelo Capitão Mongeardino, os quais se espalharam para o norte, chegando ao vale do rio Riacho onde, em 1800, fundaram na foz desse rio, o Quartel do Riacho, contra a presença dos índios Botocudo, dando origem ao povoado de Barra do Riacho.

Em 1840, é criada a primeira escola oficial para meninos. A emancipação política do Distrito ocorreu em 03 de abril 1848, tornando-se o Município de Santa Cruz. Viajantes franceses e alemães visitaram o novo município e relataram suas memórias das viagens.

No período nacional-desenvolvimentista (1930-1964), o município de Santa Cruz definhou na periferia da capital Vitória. Em 1930, é construída a 1ª Igreja Católica, em Barra do Riacho. Para evitar a falência do município de Santa Cruz, o então Município de Riacho, com seu distrito Ribeirão, retornam ao município-mãe em 1931, após 40 anos de separação.

Em 1944, a Companhia Ferro e Aço, de Vitória (COFAVI) recebe concessão do Governo Estadual e desmata de Aracruz a Barra do Riacho. Em 1963, vai à falência e os lenhadores e carvoeiros, por falta de indenizações, tornam-se posseiros de “seus” terrenos.

Em 1943, pelo Decreto-lei Estadual nº 15.177, a cidade, o distrito e o município de Santa Cruz, passaram a chamar-se Aracruz, que significa “pedra do altar da cruz” ou

“cruz de pedra”. Cinco anos depois, em 1948, a Resolução nº 1, da Câmara Municipal decidiu a transferência da sede do município para o povoado de Sauaçu, mas, devido à resistência dos moradores de Santa Cruz, a transferência ocorreu de fato em 1950.

No período da globalização subordinada (1990 – hoje), o Município de Aracruz viu a Aracruz Celulose S/A ser duplicada, construindo mais duas fábricas (B e C) e expandindo sua importância, conquistando ainda mais o mercado internacional. Também vieram para o município a Canexus e a Degussa / Bragussa e outras empresas, também localizadas em Barra do Riacho.

## **2.2.2 Informações Gerais do Município**

- **Área:**

1.426,83 Km<sup>2</sup> o equivalente a 3,15% do território do Estado.

- **Localização:**

83 km da capital Vitória, próximo aos quatro maiores centros econômicos do País São Paulo (1000 km), Rio de Janeiro (600 km), Belo Horizonte (500 km) e Salvador (1119 Km)

- **Distritos:**

Sede, Jacupemba, Guaraná, Riacho e Santa Cruz.

- **Economia:**

Setor: indústria, comércio, serviços e agropecuária.

- **PIB:**

R\$ 2.377.770.000,00 - IBGE/2005

- **PIB per capita:**

R\$ 32.413,23 – IBGE/2005

- **População:**

**Tabela 2.2.1.a - Evolução da população residente – 1950/2007**

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
<b>Aracruz</b>	16.642	25.193	26.507	5.791	52.433	64.637	73.358
<b>Vitória</b>	50.922	85.242	133.019	207.736	258.777	292.304	314.042
<b>ES</b>	852.759	1.188.665	1.599.324	2.023.338	2.600.618	3.097.232	3.351.669
<b>Brasil</b>	51.944.397	70.070.457	93.139.037	2.023.338	149.094.266	171.279.882	189.335.118
<b>Aracruz/ES (%)</b>	2,0	2,1	1,7	1,8	2,0	2,1	2,2

Fonte: IBGE. Extraído do documento “Plano de Desenvolvimento 2008 a 2018 em elaboração pela Prefeitura Municipal de Aracruz”, Junho/2008. Versão Preliminar.

- **IDH:**

**Tabela 2.2.1.b - Índice de Desenvolvimento Humano total e desagregado – 1991/2000**

Discriminação	IDHM		IDH-Renda		IDH-Longevidade		IDH-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<b>Aracruz</b>	0,703	0,772	0,667	0,695	0,656	0,736	0,786	0,88
<b>Espírito Santo</b>	0,690	0,765	0,653	0,719	0,653	0,721	0,763	0,855
<b>Brasil</b>	0,696	0,766	0,745	0,849	0,662	0,729	0,681	,723
<b>Melhor índice no ES</b>	0,797	0,856	0,793	0,859	0,746	0,831	0,882	0,948
<b>% em relação ao melhor</b>	88,2	90,2	84,1	80,9	87,9	88,6	89,1	93,4
<b>Ranking de Aracruz no ES</b>	6°	11°	4°	12°	36°	32°	5°	5°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e IpeaData. Extraído do documento “Plano de Desenvolvimento 2008 a 2018 em elaboração pela Prefeitura Municipal de Aracruz”, Junho/2008. Versão Preliminar

- **Micro-Região:** Baixada Espírito Santense
- **Altitude da Sede:** 50 metros acima do nível do mar
- **Limites:** Ao Norte com Linhares, Ao Sul com Fundão, Ao Leste com Oceano Atlântico, Ao Oeste com Ibiraçu e João Neiva.
- **Clima:** Tropical Litorâneo com inverno seco, pouco acentuado.
- **Precipitação Pluviométrica:** Média de 1.200mm /ano.
- **Temperatura:** média de 28° C.
- **Umidade Relativa do Ar:** 87%



- **Significado do nome:** Aracruz / Indígena - Altar da Cruz.
- **Criação do Município:** Lei Provincial nº. 02 de 03/04/1848.
- **Vias de Acesso:** BR-101, BR-261 e Rodovias ES-010, ES-124 e ES-257
- **Recursos Hídricos:** Rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim, Araraquara, Gimuhuna, Riacho e Comboios.
- **Solo:** Predominantemente são classificados como Latosolo Vermelho Amarelo Distrófico e Podzólico Vermelho e Amarelo. Possui 86,94% de suas áreas com declividade abaixo de 30%.
- **Vegetação:** A cobertura original era representada predominantemente pela floresta atlântica de planície e encosta. A vegetação primitiva foi gradualmente alterada pelas pastagens, culturas agrícolas e reflorestamento homogêneo.
- **Relevo:** Varia de plano a ondulado, sendo a maior parte do Município correspondente a uma zona de planície moldada em sedimentos recentes.

### 2.2.3 Origem do Nome da Unidade de Conservação

Não foi encontrada nenhuma informação nas bibliografias pesquisadas sobre a origem e história da Unidade de Conservação.